

Salto do muro, sem apoio;  
Salto em elevação, sem corrida;  
Flexões de braços na trave (candidatos masculinos);  
Extensões de braços no solo (candidatos femininos);  
Flexões de tronco à frente;  
Corrida de 1000 m.

Cada candidato deverá fazer-se acompanhar do material de ginástica necessário para a realização das provas físicas: camisola, calções, sapatos de ginástica e fato de treino (facultativo).

12.4 — Inspecção médica perante uma junta médica — a inspecção médica tem por objectivo avaliar o estado de saúde física e mental dos candidatos, tendo em conta a especificidade da função policial. A orientação e tabela de inaptidões constam do anexo II da Portaria n.º 122/2000, de 8 de Março.

12.5 — Entrevista — a entrevista é conduzida, no mínimo, por dois entrevistadores e destina-se a confirmar os resultados do exame psicológico, bem como avaliar as capacidades de comunicação e sociabilidade do candidato.

13 — Local e data das provas — os candidatos serão convocados para a realização das provas por ofício remetido por correio registado, do qual constarão a data e o local onde cada uma das provas de selecção terá lugar, ou pessoalmente, aquando da realização da prova anterior.

14 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, constam dos artigos 19.º e 20.º do Regulamento.

A classificação final resulta da média aritmética dos resultados obtidos na prova de conhecimentos, no exame psicológico e na entrevista. Na determinação de todas as médias aritméticas referidas, a aproximação será feita até às centésimas.

15 — Em caso de igualdade de classificação, são critérios de desempate, pela ordem indicada, os seguintes:

- a) Ter cumprido maior tempo de serviço militar em regime de contrato ou de voluntariado;
- b) Ter maiores habilitações literárias;
- c) Ter menos idade.

16 — A lista de candidatos admitidos e excluídos em cada método de selecção e a lista de classificação final serão elaboradas em simultâneo e publicadas nos termos do artigo 27.º da Portaria n.º 122/2000, de 8 de Março.

17 — Os candidatos têm direito de acesso às actas e aos documentos em que assentam as deliberações do júri, nos termos da lei.

18 — Os riscos a que os candidatos possam estar sujeitos no decurso das provas são da responsabilidade dos próprios.

19 — Sem prejuízo da sanção penal que ao caso couber, a falsidade das declarações prestadas sob compromisso de honra no requerimento de admissão determina a exclusão do candidato.

20 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

21 — O júri do presente concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Superintendente José António Jorge Vaz Antunes, director da Escola Prática de Polícia.

Vogais efectivos:

Subintendente António José Teles São Matias, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Subintendente Paulo Marciano Lopes Quinteiro.

Vogais suplentes:

Comissário Pedro Miguel Lopes Ferreira Lourenço Sousa.  
Subcomissário Pedro Crespo Jesus Marques Freitas.

28 de Junho de 2006 — O Director Nacional, *Orlando Romano*.

#### Despacho (extracto) n.º 15 732/2006

Por despacho de 29 de Junho de 2006 da directora nacional-adjunta para a área de recursos humanos, proferido no uso da competência delegada, foram promovidos ao posto de agente principal, por concurso de avaliação curricular, nos termos do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados a 4 de Janeiro de 2006, ficando posicionados no escalão 1, índice 170, da tabela salarial em vigor para a PSP, os agentes M/146123, Rui Alberto Franca Ramos,

do CR da Madeira, e M/146797, Nélson Américo Tavares Almeida, do CM do Porto.

3 de Julho de 2006. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

#### Despacho (extracto) n.º 15 733/2006

Por despacho de 29 de Junho de 2006 da directora nacional-adjunta para a área de recursos humanos, proferido no uso da competência delegada, foi promovido ao posto de agente principal, por concurso de avaliação curricular, nos termos do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados a 7 de Março de 2005, ficando posicionado no escalão 1, índice 170, da tabela salarial em vigor na PSP, o agente principal M/145669, José Artur Nunes Palheta, do Comando de Polícia de Setúbal.

É anulado, na parte que lhe diz respeito, o despacho de 25 de Maio de 2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 21 de Junho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Julho de 2006. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

#### Despacho (extracto) n.º 15 734/2006

Por despacho de 30 de Junho de 2006 do director nacional, proferido no uso da competência delegada pelo despacho n.º 20 892/2004 (2.ª série), são nomeados no posto de subcomissário, do quadro com funções policiais, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados a 1 de Julho de 2006, os seguintes aspirantes:

M/146856, João José Rodrigues Afonso (*a*).  
M/146864, Carlos Alberto Baptista Correia (*a*).  
M/143661, Jorge Marques Freitas (*a*).  
M/149869, Nuno Ricardo Pita Santos (*b*).  
M/146505, João Paulo Ramadas Martins (*a*).  
M/149323, Tiago Miguel Pereira Lousa (*b*).  
M/149868, Marco Filipe Correia Almeida (*b*).  
M/149862, Afonso Ricardo Rocha Sousa (*b*).  
M/149866, Telma Maria Santos Fernandes (*b*).  
M/138550, Dino Gonçalves Duro (*a*).  
M/146212, Pedro Miguel Silva Pereira (*a*).  
M/146976, José Miguel Pinto Ferreira (*a*).  
M/149863, Hugo Viriato Dias Marado (*b*).  
M/149873, Iuri Alexandre Sampaio Monteiro Rodrigues (*b*).  
M/149864, João Manuel Paula Ramos (*b*).  
M/149867, Rodolfo Oliveira Custódio Figueiredo Lopes (*b*).  
M/149870, Daniel José Ribeiro Oliveira (*b*).  
M/149871, Carlos Eduardo Piteira Martins (*b*).  
M/149865, Rui Filipe Lourenço Santos Costa (*b*).  
M/147236, José Luís Alves Fernandes (*a*).  
M/146572, José Manuel Mendonça Ramos (*a*).  
M/146846, Maria Fátima Magalhães Rocha (*a*).  
M/149872, Diogo Tomé Soares Duarte (*b*).

(*a*) Nomeação por comissão de serviço, nos termos do n.º 1, alínea *c*), do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por um ano, sendo remunerados pelo índice 240.

(*b*) Nomeação provisória por um ano, nos termos do artigo 5.º, n.ºs 1 e 2, do Estatuto do Pessoal da PSP e do artigo 6.º, alínea *c*), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, sendo remunerados pelo índice 215, nos termos do n.º 4 do artigo 52.º do mesmo Estatuto.

7 de Julho de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

#### Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

##### Aviso n.º 8217/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Saido Jaura, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 26 de Fevereiro de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

5 de Julho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.